

1. Contexto operacional

A Whirlpool S.A. (doravante denominada Companhia ou Whirlpool) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa (sob códigos de negociação WHRL3 e WHRL4).

No Brasil, possui quatro unidades fabris e um centro de distribuição. No exterior, possui duas unidades fabris na China, e um centro de distribuição na Argentina. Possui escritórios na Argentina, Chile, Peru e Estados Unidos.

A Whirlpool S.A. e suas controladas têm por objeto social:

- a) A industrialização, a comercialização, a importação, a exportação, a comissão, a consignação e a representação de:
 - i. produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos e eletrônicos, outros bens de consumo, produtos alimentícios e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, tais como, mas não limitados a: refrigeradores, congeladores, refrigeradores-congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e
 - ii. compressores herméticos para refrigeração, motores elétricos; e
 - iii. máquinas, equipamentos, ferramentas, fundidos, componentes, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado necessários à fabricação e venda dos produtos das Companhias.
- b) A prestação de serviços de manutenção, de instalação e assistência técnica, e de desenvolvimento de projetos relacionados aos produtos acima especificados.
- c) A compra e venda no mercado nacional de produtos adquiridos de terceiros, inclusive com a finalidade de realizar exportação para qualquer país.
- d) Armazém geral de produtos elétricos, eletrônicos, metalúrgicos, móveis e aparelhos eletrodomésticos, a guarda expedição, armazenagem e transporte de mercadorias e documentos, a locação de área, produtos e equipamentos e a prestação de serviços logísticos.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de outubro de 2016.

2. Base de preparação e apresentação das Informações Trimestrais – ITR

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e apresentadas com base nas mesmas políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alteração nas práticas contábeis nos nove meses de 2016.

As informações trimestrais da controladora e consolidadas foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais da controladora e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo a *International Accounting Standard Board* (IASB).

3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, cuja participação percentual detida na data do balanço é como segue:

	Participação no capital social - %			
	30.09.2016		31.12.2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	99,43	-	99,43	-
CNB Consultoria Ltda.	99,99	-	99,99	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	66,92	-	66,92	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances Co. Ltd.	100,00	-	100,00	-
Ealing Compañiã de Gestiones y Participaciones S.A.	100,00	-	100,00	-
Embraco North America, Inc.	-	100,00	-	100,00
Latin America Warranty S.A.	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Argentina S.A.	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Puntana S.A.	-	99,95	-	99,95
Whirlpool Chile Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Whirlpool Peru	-	100,00	-	100,00
Mlog Armazém Geral Ltda.	100,00	-	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

4. Despesas por natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	4.026.147	3.625.452	5.676.037	5.482.858
Despesas com vendas e distribuição	413.370	420.231	549.602	549.780
Despesas administrativas	263.666	272.148	339.217	353.946
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	4.529	(143.856)	36.385	(91.627)
	4.707.712	4.173.975	6.601.241	6.294.957
Custos de matérias-primas e materiais indiretos	3.057.552	2.632.789	4.203.593	3.948.635
Outros custos	432.792	478.431	886.598	964.981
Outras despesas e receitas	223.022	111.894	326.236	244.906
Depreciação e amortização	112.961	93.039	138.005	125.815
Despesas com pessoal	881.385	857.822	1.046.809	1.010.620
	4.707.712	4.173.975	6.601.241	6.294.957

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Caixa e bancos	63.325	31.825	295.606	400.979
Certificados de depósitos bancários	237.676	15.856	284.728	89.135
	301.001	47.681	580.334	490.114

Os equivalentes de caixa são integralmente compostos por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs de bancos de primeira linha indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDIs. As taxas pactuadas remuneravam esses investimentos em aproximadamente 95,0% a 100% das taxas dos respectivos CDIs, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento, com liquidez imediata e sem risco de mudança significativa do valor.

6. Contas a receber, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Clientes nacionais	586.687	590.494	1.131.579	1.293.340
Clientes no exterior	193.346	249.438	263.178	344.738
Saques cambiais de exportação	(172.494)	(198.164)	(180.673)	(198.164)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(67.615)	(59.891)	(88.349)	(73.206)
Ajuste a valor presente	(15.639)	(19.273)	(25.384)	(34.311)
	524.285	562.604	1.100.351	1.332.397

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes nacionais e no exterior, por idade de vencimento, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
A vencer	573.830	659.971	1.095.957	1.374.173
Títulos Vencidos				
de 1 a 60 dias	63.300	85.005	118.767	145.197
de 61 a 180 dias	50.416	41.328	59.808	54.638
de 181 a 360 dias	37.592	38.982	48.177	44.253
mais de 360 dias	54.895	14.646	72.048	19.817
	780.033	839.932	1.394.757	1.638.078

6. Contas a receber, líquidas--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Saldo no início do exercício	59.891	37.326	73.206	59.121
Complemento de provisão no exercício (+)	22.220	18.073	39.898	23.637
Valores baixados da provisão (-)	(14.496)	(7.052)	(23.379)	(10.560)
Ajuste de Conversão	-	-	(1.376)	1.066
	67.615	48.347	88.349	73.264

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Produtos acabados (ao custo ou valor realizável)	338.678	186.308	616.650	454.362
Matérias-primas e componentes (ao custo)	244.287	219.107	338.382	344.784
Importações em andamento e outros (ao custo)	214.210	204.147	389.008	385.755
Provisão para perdas	(5.058)	(9.662)	(15.377)	(21.800)
Ajuste a valor presente	(6.877)	(3.415)	(13.032)	(13.570)
Total dos estoques ao custo ou valor realizável, dos dois o menor	785.240	596.485	1.315.631	1.149.531

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Saldo no início do exercício	9.662	3.842	21.800	10.708
Complemento de provisão no exercício (+)	6.455	5.460	13.999	8.965
Valores baixados da provisão (-)	(11.059)	(4.727)	(19.289)	(7.898)
Ajustes de conversão	-	-	(1.133)	2.720
	5.058	4.575	15.377	14.495

A Companhia não possui estoques oferecidos como garantia de processos judiciais ou empréstimos.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
IRPJ antecipado	19.200	19.200	20.349	27.111
Contribuição social antecipada	-	-	-	2.139
ICMS a compensar	65.566	129.683	127.664	181.333
IPI a compensar	2.764	3.354	2.797	3.409
COFINS a compensar	5.386	3.957	5.386	4.280
PIS a compensar	1.302	1.085	1.302	1.152
IRRF a compensar	16.663	16.679	39.044	51.686
REINTEGRA a compensar (i)	1.886	3.829	1.886	3.829
Outros	2.507	5.130	14.280	14.009
Total	115.274	182.917	212.708	288.948
Ativo circulante	92.846	155.857	190.189	261.798
Ativo não circulante	22.428	27.060	22.519	27.150

- (i) REINTEGRA - Regime especial de reintegração de valores tributários para as empresas exportadoras, é um incentivo fiscal para as pessoas jurídicas produtoras que efetuem exportações de bens manufaturados constantes do Anexo Único ao Decreto 8.415/2015, poderá apurar valor para fins de ressarcir parcial ou integralmente o resíduo tributário existente na sua cadeia de produção.

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Imposto de renda diferido ativo sobre:				
Prejuízos fiscais	717	717	36.990	32.421
Provisões temporariamente não dedutíveis	104.667	118.456	133.580	155.562
Provisões para contingências	27.563	29.898	39.717	42.418
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	-	6.962	3.414	10.390
Plano de previdência privada e de assistência médica	670	672	670	672
Total imposto de renda diferido	133.617	156.705	214.371	241.463
Contribuição social diferida ativa sobre:				
Bases negativas	-	-	11.332	8.403
Provisões temporariamente não dedutíveis	37.680	42.644	41.302	46.809
Provisões para contingências	9.923	10.763	14.298	15.270
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	-	2.506	647	3.129
Plano de previdência privada e de assistência médica	241	242	241	242
Total contribuição social diferida	47.844	56.155	67.820	73.853
Ativo fiscal diferido	181.461	212.860	282.191	315.316
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Provisões temporariamente não dedutíveis	(13.442)	(25.908)	(17.777)	(30.414)
Hedge, ajuste a valor presente, depreciação de imobilizado por unidades produzidas e Remensuração do valor justo do investimento	(56.751)	(50.544)	(56.751)	(50.544)
Ajuste da alíquota efetiva projetada	(4.989)	-	(4.989)	-
Passivo fiscal diferido	(75.182)	(76.452)	(79.517)	(80.958)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos	106.279	136.408	202.674	234.358

9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos-- Continuação

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral destes créditos é de até 2 anos.

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Variação no:				
Imposto de renda corrente	(7.688)	(5.728)	(53.037)	(139.947)
Imposto de renda corrente ajuste exercício anterior	5.160	2.543	2.782	2.702
Imposto de renda diferido	(13.930)	(30.369)	(4.843)	(10.495)
Ajuste da alíquota efetiva projetada	(3.668)	(5.256)	(3.668)	(5.256)
Imposto de renda corrente e diferido	(20.126)	(38.810)	(58.766)	(152.996)
Variação na:				
Contribuição social corrente	(2.309)	(2.120)	(15.421)	(18.406)
Contribuição Social ajuste exercício anterior	560	895	(290)	953
Contribuição social diferida	(5.014)	(10.933)	(1.809)	(3.517)
Ajuste da alíquota efetiva projetada	(1.321)	(1.892)	(1.320)	(1.892)
Contribuição social corrente e diferida	(8.084)	(14.050)	(18.840)	(22.862)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	30.09.2016		30.09.2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado contábil antes dos impostos	221.756	221.756	236.465	236.465
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(157.785)	(157.785)	(97.641)	(97.641)
Pagamento baseado em ação	20.949	20.949	23.223	23.223
Outras	(3.617)	(3.549)	(16.348)	(17.015)
Base de cálculo	81.303	81.371	145.699	145.032
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Subtotal	(20.326)	(7.323)	(36.425)	(13.053)
Incentivo Fiscal	154	-	328	-
Ajuste da alíquota efetiva projetada	(3.668)	(1.321)	(5.256)	(1.892)
Dividendos de Controladas	(1.446)	-	-	-
Ajuste de exercício anterior	5.160	560	2.543	895
Total	(20.126)	(8.084)	(38.810)	(14.050)

A conciliação dos tributos lançados aos resultados não está sendo apresentada na forma consolidada em virtude de determinadas empresas controladas estarem sujeitas a diferentes alíquotas de imposto de renda vigentes nos respectivos países onde as empresas operam.

10. Partes relacionadas

A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações tanto operacionais quanto financeiras com suas partes relacionadas.

As transações operacionais possuem uma política global determinada por sua matriz que estabelece prazos e datas específicas para pagamentos e recebimentos.

As transações financeiras são submetidas pela área financeira ao departamento jurídico, após análise da: i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados seus índices de liquidez; ii) a rentabilidade oferecida com instituições de primeira linha e; iii) a segurança oferecida pela transação. O departamento jurídico por sua vez avalia as condições formais, submete a operação para deliberação do Conselho de Administração ou Diretoria, conforme alçada prevista no estatuto social e implementa a execução do respectivo contrato, se a operação tiver sido aprovada pelos órgãos da administração.

Os mútuos entre empresas relacionadas foram firmados tendo como pressuposto a existência de uma rentabilidade atrativa para a Whirlpool S.A. e com a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção das operações das empresas mutuiárias. As operações e negócios da companhia com partes relacionadas seguem padrões e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Whirlpool S.A., mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado, de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

10. Partes relacionadas--Continuação

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Controladoras				
Whirlpool do Brasil Ltda.	302.663	272.509	302.663	272.509
Whirlpool Corporation	2.489	4.918	19.035	23.358
Controladas				
Embraco North America	42.254	292.930	-	-
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	361	717	-	-
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	726	528	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	39.061	10.560	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	22.390	18.556	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd.	16.956	24.075	-	-
EECON China	2.232	13.737	-	-
Whirlpool Peru	1.236	3.268	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Europe	43.880	51.972	62.713	57.188
Whirlpool China Investment Co. Ltd	402	763	287.646	336.632
Industrias Acros Whirlpool	427	612	23.981	29.475
Embraco Luxemburgo	154.155	155.242	154.703	426.162
Outras	36.550	5.861	68.423	19.270
Total	665.782	856.248	919.164	1.164.594
Ativo circulante	363.141	583.772	616.523	797.384
Ativo não circulante	302.641	272.476	302.641	367.210

10. Partes relacionadas--Continuação

	Passivo			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Controladora				
Whirlpool Corporation	5.269	4.609	142.277	154.015
Controladas				
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	108.741	128.910	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	566.995	480.607	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda.	114.516	93.010	-	-
Embraco North America	20.607	24.665	-	-
EECON China	6.985	6.774	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	10.213	9.807	-	-
Outras partes relacionadas				
Brasmotor S.A.	19.994	18.444	19.994	18.444
Whirlpool Comercial Ltda.	29.048	27.286	29.048	27.286
Embraco Europe	71	85	17.759	17.415
Embraco Slovakia S.R.O.	6.160	6.932	6.192	6.987
Whirlpool Europe Srl	7.557	9.035	10.656	10.886
Whirlpool Properties, Inc	453	247	1.971	14.181
Whirlpool Of India Ltd	677	460	677	460
Outras	5.229	8.807	46.798	46.217
Total	902.515	819.678	275.372	295.891
Passivo circulante	286.477	244.378	226.329	250.161
Passivo não circulante	616.038	575.300	49.043	45.730

10. Partes relacionadas--Continuação

	Vendas			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Controladora				
Whirlpool Corporation	4.364	1.643	150.036	153.575
Controladas				
Embraco North America	291.598	289.845	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	360.036	399.417	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	36.447	23.318	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	6.151	8.614	-	-
Whirlpool Peru	153	4.866	-	-
Whirlpool Chile Ltda	1.007	930	-	-
EECON China	3.399	526	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda	8.556	-	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Europe	70.825	75.356	199.971	152.581
Embraco Slovakia S.R.O.	-	27.342	-	39.877
Whirlpool Europe Srl	1.300	1.401	1.300	1.401
Whirlpool Of India ltd	-	-	155	-
Whirlpool Mexico	6	133	6	133
Whirlpool Colombia	2.180	3.834	2.180	3.834
Whirlpool Southeast Asia Pte	887	507	887	507
Polar S.A.	852	1.069	852	1.069
Embraco Luxemburgo	35.148	45.514	38.222	47.873
Hefei Sanyo	-	-	7.105	5.736
Whirlpool Internacional S.DE.	-	-	-	677
Whirlpool Overseas Manufacturing	-	-	88.986	86.202
Industrias Acros Whirlpool	1.613	950	158.101	132.782
Outras	34.194	4.539	43.601	6.039
	858.716	889.804	691.402	632.286

10. Partes relacionadas--Continuação

	Compras e serviços contratados			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Controladora				
Whirlpool Corporation	15.390	13.109	76.595	35.177
Controladas				
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	3.322	3.504	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda	141.867	146.907	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	-	19	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	101	40	-	-
EECON China	32.909	11.828	-	-
Outras partes relacionadas				
Embraco Slovakia S.R.O	12.733	13.650	656.026	13.653
Embraco Europe	62	74	162.271	132.921
Whirlpool Europe s.r.l.	25.956	16.470	30.229	20.694
Polar S.A.	10.552	10.422	10.859	10.517
Embraco Luxemburgo	515	549	379.456	382.100
Hefei Sanyo	182	9.610	5.306	17.664
Whirlpool Slovakia spol (Slovakia)	-	-	4.856	1
Whirlpool Colombia	-	-	711	-
Outros	1.836	3.012	139.468	12.671
	245.425	229.194	1.465.777	625.398

Dos saldos a receber e a pagar acima apresentados, parte refere-se a operações de mútuo entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme detalhado a seguir.

Mútuos ativos e passivos

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Ativo					
Controladoras					
Whirlpool do Brasil Ltda.	102% CDI	302.641	272.476	302.641	272.476
Outras partes relacionadas					
Whirlpool China Investment Co. Ltd	4,78% a.a.	-	-	277.336	330.725
Embraco Luxemburgo	Libor 6m a.a.	-	-	-	232.300
Total do Ativo		302.641	272.476	579.977	835.501
Passivo					
Controladora					
Whirlpool Corporation	Libor 6m+ 1% a.a.	-	-	132.033	139.753
Controladas					
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	102%CDI	-	53.199	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	102%CDI	566.995	476.371	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool Comercial Ltda.	102%CDI	29.048	27.286	29.048	27.286
Brasmotor S.A.	102%CDI	19.994	18.444	19.994	18.444
Total do Passivo		616.037	575.300	181.075	185.483

10. Partes relacionadas--Continuação

Mútuos ativos e passivos--Continuação

Os mútuos com partes relacionadas possuem cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Para essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Receitas/Despesas sobre Mútuo

		Controladora		Consolidado	
		30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
<u>Ativo</u>					
Controladoras					
Whirlpool Canada Holding Company	Receita de juros	-	13.754	-	13.754
Whirlpool do Brasil Ltda.	Receita de juros	29.360	23.336	29.360	23.336
Controladas					
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	Receita de juros	-	101	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool China Investment Co. Ltd	Receita de juros	-	-	2.315	-
Embraco Luxemburgo	Receita de juros	-	-	9.772	-
		29.360	37.191	41.447	37.090
<u>Passivo</u>					
Controladoria					
Whirlpool Corporation	Despesa de juros	-	-	3.305	-
Controladas					
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	Despesa de juros	1.859	20.004	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	Despesa de juros	53.979	74.771	-	-
Outras partes relacionadas					
Whirlpool Comercial Ltda.	Despesa de juros	2.868	2.356	2.868	2.356
Brasmotor S.A.	Despesa de juros	1.965	1.840	1.965	1.840
		60.671	98.971	8.138	4.196

As receitas e despesas do quadro acima referem-se a todos os contratos abertos e encerrados no período.

Remuneração com pessoal-chave da Administração

As despesas com os executivos da Administração da Companhia relativas aos nove meses findos em 30 de setembro de 2016 foram de R\$11.497 (R\$13.114 em 30 de setembro de 2015) com honorários, R\$5.635 (R\$4.068 em 30 de setembro de 2015) como benefícios e R\$20.949 (R\$23.223 em 30 de setembro de 2015) com remuneração baseada em ações.

11. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto

	Participação				Informações da Controlada				
	Quantidade de Ações /Quotas		No capital (%)						
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro (prejuízo) líquido do período
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	1.728.562.547	148.444.207	99,99	100,00	901.882	158.121	743.761	409.872	(2.162)
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	46.433.000	-	99,43	99,43	687.541	492.040	195.501	615.636	54.853
CNB Consultoria Ltda.	580.969	-	99,99	99,99	4.322	2.101	2.221	-	(460)
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd. (a)	-	-	100,00	100,00	378.238	86.665	291.573	248.876	62.149
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd. (a)	-	-	66,92	66,92	746.041	336.947	409.094	570.099	3.346
LAWASA S.A.	5.190	-	95,00	95,00	10.419	5.108	5.311	4.914	2.646
Whirlpool Argentina S.A.	548.900	-	95,00	95,00	258.293	186.673	71.620	270.312	17.256
Whirlpool Chile Ltda.	5.833.000	-	99,99	99,99	46.772	16.619	30.153	61.434	2.362
Mlog Armazém Geral Ltda.	46.322.746	-	100,00	100,00	204.931	91.636	113.295	367.528	39.331
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	49.250	-	100,00	100,00	130.059	25	130.034	-	(9.533)
B.Blend Máquinas e Bebidas S.A.	12.669.884	-	50,00	50,00	96.197	15.884	80.313	11.082	(19.176)

(a) Para as Sociedades localizadas na República Popular da China não existem o sistema de subdivisão do capital social por quotas.

11. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto--Continuação

Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Aquisição/ Integralização	Equivalência patrimonial em 30 de setembro de 2016	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuídos	Transf./ Outros	Baixa de investimento	Saldos em 30 de Setembro de 2016	Equivalência patrimonial em 30 de Setembro de 2015
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	745.849	-	(2.162)	-	-	-	-	743.687	6.833
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	141.410	-	54.540	(1.563)	-	-	-	194.387	82.520
CNB Consultoria Ltda.	2.681	-	(460)	-	-	-	-	2.221	(38)
Qingdao EECON Electr. Controls and Appl. CO. Ltd.	292.132	-	62.149	(62.708)	-	-	-	291.573	(21.636)
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	341.564	-	2.239	(65.450)	(3.511)	(1.076)	-	273.766	(8.956)
LAWASA S.A.	14.664	-	2.514	(3.482)	(8.651)	-	-	5.045	3.906
Whirlpool Argentina S.A.	83.873	-	16.393	(26.424)	(5.803)	-	-	68.039	20.503
Whirlpool Chile Ltda.	31.444	-	2.362	(3.656)	-	-	-	30.150	(4.657)
Mlog Armazém Geral Ltda.	73.964	-	39.331	-	-	-	-	113.295	19.979
B.Blend máquinas e bebidas S.A.	120.537	32.400	(9.588)	-	-	-	-	143.349	(749)
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	165.208	-	(9.533)	(25.641)	-	-	-	130.034	(64)
Outros	5.273	-	-	-	-	-	(817)	4.456	-
	2.018.599	32.400	157.785	(188.924)	(17.965)	(1.076)	(817)	2.000.002	97.641

12. Imobilizado

	Controladora						Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Total em operação		
Custo								
Saldos em 1º de janeiro de 2015	241.819	1.991.137	165.738	293	62.648	2.461.635	119.790	2.581.425
Aquisições	-	-	-	-	-	-	229.437	229.437
Transferências	6.670	165.585	21.279	-	10.061	203.595	(203.595)	-
Alienação/baixa	(22)	(22.713)	(4.255)	(17)	(372)	(27.379)	-	(27.379)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	248.467	2.134.009	182.762	276	72.337	2.637.851	145.632	2.783.483
Aquisição	-	-	-	-	-	-	127.461	127.461
Transferências	8.340	115.169	15.783	-	8.276	147.568	(147.568)	-
Alienação/baixa	-	(18.686)	(2.073)	-	(228)	(20.987)	(843)	(21.830)
Saldos em 30 de setembro de 2016	256.807	2.230.492	196.472	276	80.385	2.764.432	124.682	2.889.114
Depreciação								
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(148.733)	(1.532.271)	(100.447)	(293)	(43.984)	(1.825.728)	-	(1.825.728)
Depreciação	(5.842)	(84.293)	(10.801)	-	(7.983)	(108.919)	-	(108.919)
Baixa da depreciação	-	16.277	3.904	17	350	20.548	-	20.548
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(154.575)	(1.600.287)	(107.344)	(276)	(51.617)	(1.914.099)	-	(1.914.099)
Depreciação	(3.977)	(73.493)	(9.753)	-	(6.167)	(93.390)	-	(93.390)
Baixa da depreciação	-	15.670	1.583	-	227	17.480	-	17.480
Saldos em 30 de setembro de 2016	(158.552)	(1.658.110)	(115.514)	(276)	(57.557)	(1.990.009)	-	(1.990.009)
Valor residual								
Saldos em 30 de setembro de 2016	98.255	572.382	80.958	-	22.828	774.423	124.682	899.105
Saldos em 31 de dezembro de 2015	93.892	533.722	75.418	-	20.720	723.752	145.632	869.384
Taxas médias de depreciação anual	0 e 6,67%	Unidades Produzidas	10%	20%	20%		-	

12. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Demais bens	Total em operação		
Custo									
Saldos em 1º de janeiro de 2015	272.382	2.461.644	169.784	4.724	74.767	24.232	3.007.533	136.419	3.143.952
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	266.371	266.371
Transferências	7.344	189.963	21.487	13	10.615	4.050	233.472	(233.472)	-
Alienação/baixa	(22)	(25.212)	(4.323)	(242)	(739)	(353)	(30.891)	-	(30.891)
Variação cambial	567	150.608	761	1.677	3.072	9.086	165.771	5.266	171.037
Saldos em 31 de dezembro de 2015	280.271	2.777.003	187.709	6.172	87.715	37.015	3.375.885	174.584	3.550.469
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	164.115	164.115
Transferências	9.266	132.697	15.948	775	9.524	437	168.647	(168.647)	-
Alienação/baixa	-	(25.752)	(2.094)	(234)	(771)	(98)	(28.949)	(843)	(29.792)
Variação cambial	(433)	(102.114)	(278)	(1.210)	(1.912)	(7.106)	(113.053)	(3.554)	(116.607)
Saldos em 30 de setembro de 2016	289.104	2.781.834	201.285	5.503	94.556	30.248	3.402.530	165.655	3.568.185
Depreciação									
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(163.758)	(1.811.052)	(103.527)	(3.416)	(51.136)	(13.126)	(2.146.015)	-	(2.146.015)
Depreciação	(6.630)	(120.695)	(11.078)	(413)	(9.475)	(2.781)	(151.072)	-	(151.072)
Baixa da depreciação	-	18.294	3.964	220	688	77	23.243	-	23.243
Variação Cambial	(375)	(77.645)	(638)	(1.230)	(2.307)	(5.672)	(87.867)	-	(87.867)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(170.763)	(1.991.098)	(111.279)	(4.839)	(62.230)	(21.502)	(2.361.711)	-	(2.361.711)
Depreciação	(4.600)	(93.271)	(9.911)	(328)	(7.176)	(2.345)	(117.631)	-	(117.631)
Baixa da depreciação	-	22.204	1.602	211	714	-	24.731	-	24.731
Variação cambial	162	59.252	336	881	1.616	4.339	66.586	-	66.586
Saldos em 30 de setembro de 2016	(175.201)	(2.002.913)	(119.252)	(4.075)	(67.076)	(19.508)	(2.388.025)	-	(2.388.025)
Valor Residual									
Saldos em 30 de setembro de 2016	113.903	778.921	82.033	1.428	27.480	10.740	1.014.505	165.655	1.180.160
Saldos em 31 de dezembro de 2015	109.508	785.905	76.430	1.333	25.485	15.513	1.014.174	174.584	1.188.758
Taxas médias de depreciação anual	0 e 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%	10%	-	-	-

13. Intangível

	Controladora			
	Patentes	Desenvolvimento de projetos	Softwares	Total
Custo				
Saldos em 1º de janeiro de 2015	57.620	7.250	48.520	113.390
Aquisições	9.277	-	22.092	31.369
Alienação/baixa	-	-	(328)	(328)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	66.897	7.250	70.284	144.431
Aquisições	5.230	-	52.591	57.821
Saldos em 30 de setembro de 2016	72.127	7.250	122.875	202.252
Amortização				
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(20.352)	(3)	(19.730)	(40.085)
Amortização	(5.398)	-	(15.412)	(20.810)
Baixa da amortização	-	-	88	88
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(25.750)	(3)	(35.054)	(60.807)
Amortização	(4.621)	-	(14.950)	(19.571)
Saldos em 30 de setembro de 2016	(30.371)	(3)	(50.004)	(80.378)
Valor residual				
Saldos em 30 de setembro de 2016	41.756	7.247	72.871	121.874
5Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.147	7.247	35.230	83.624

13. Intangível--Continuação

	Consolidado					Total
	Patentes	Desenv. de projetos	Softwares	Transf. de tecnologia	Outros	
Custo						
Saldos em 1º de janeiro de 2015	57.620	7.250	55.087	14.956	929	135.842
Aquisições	9.277	-	22.292	114	-	31.683
Alienação/baixa	-	-	(328)	(114)	-	(442)
Variação cambial	-	-	2.647	5.436	436	8.519
Saldos em 31 de dezembro de 2015	66.897	7.250	79.698	20.392	1.365	175.602
Aquisições	5.230	-	52.730	-	-	57.960
Alienação/baixa	-	-	(16)	-	-	(16)
Variação cambial	-	-	(3.424)	(3.372)	(464)	(7.260)
Saldos em 30 de setembro de 2016	72.127	7.250	128.988	17.020	901	226.286
Amortização						
Saldos em 1º de janeiro de 2015	(20.352)	(3)	(23.955)	(1.528)	-	(45.838)
Amortização	(5.398)	-	(15.944)	(537)	-	(21.879)
Baixa da amortização	-	-	88	-	-	88
Variação Cambial	-	-	(1.702)	(72)	-	(1.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(25.750)	(3)	(41.513)	(2.137)	-	(69.403)
Amortização	(4.621)	-	(15.344)	(409)	-	(20.374)
Baixa da amortização	-	-	16	-	-	16
Variação cambial	-	-	2.888	156	234	3.278
Saldos em 30 de setembro de 2016	(30.371)	(3)	(53.953)	(2.390)	234	(86.483)
Valor residual						
Saldos em 30 de setembro de 2016	41.756	7.247	75.035	14.630	1.135	139.803
Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.147	7.247	38.185	18.255	1.365	106.199

As informações para cada classe de ativo intangível estão descritas a seguir:

Classificação	Descrição	Vida útil	Prazo de vida útil
Patentes	Registro de patentes em escritórios de patentes no Brasil e exterior referentes a inovações nos produtos.	definida	5 anos
Desenvolvimento de projetos	Gastos com desenvolvimento interno vinculados a inovações tecnológicas dos produtos.	indefinida	-
Softwares	Licenças de uso de softwares adquiridos.	definida	5 anos
Transferência de tecnologia	Gastos com desenvolvimento interno de tecnologia transferido para controlada.	indefinida	-

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado		Garantias
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015	
Moeda nacional:					
FINEP (TJLP + 5,0% a.a.)	122.512	160.418	122.512	160.418	Fiança Bancária
NCE (111% CDI)	-	35.064	-	35.064	
Moeda estrangeira:					
Capital de giro	2.722	912	27.648	5.260	
Total dos financiamentos	125.234	196.394	150.160	200.742	
Circulante	53.263	95.419	78.189	99.767	
Não circulante	71.971	100.975	71.971	100.975	

A principal fonte de financiamento para investimentos em ativos não circulantes da Companhia é sua própria geração de caixa operacional.

Para financiamento de investimentos, referente a projetos de desenvolvimento, a Companhia utiliza-se também de programas promovidos pela agência Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo sido celebrado contrato em 9 de outubro de 2008, no montante de R\$100.000, disponibilizado em duas parcelas: R\$75.000 em 15 de novembro de 2008 e R\$25.000 em 20 de julho de 2009. Sobre o principal incide juros de 5% ao ano, a título de Spread, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Os encargos deste contrato serão limitados a 5,25% ao ano, de acordo com a equalização. Esse financiamento tem como objetivo custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto "Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas e Capacitação do Quadro de Pesquisadores". Como garantias foram apresentadas à FINEP cartas de fianças emitidas por instituições financeiras previamente aprovadas pela mesma. O contrato contemplou período de carência de 20 meses onde foram considerados os encargos. O saldo devedor está sendo pago em 81 parcelas mensais e sucessivas sendo que o vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de junho de 2010 e as demais nos meses subsequentes, sendo o último vencimento em 15 de fevereiro de 2017.

Para financiar parte do investimento em inovação de eletrodomésticos e compressores com maior eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia, celebrou, em 4 de dezembro de 2012, nova linha de crédito com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. O montante do financiamento é de R\$ 181.000, disponibilizado em quatro parcelas de R\$ 45.250, sendo a primeira liberação em 20 de dezembro de 2012, segunda liberada em 14 de novembro de 2013, terceira liberada em 03 de janeiro de 2014 e a quarta liberada em 11 de dezembro de 2014. Sobre o principal incorrem juros remunerados a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais 5% ao ano a título de *Spread*, reduzidos por equalização equivalente a TJLP ao ano, resultando em uma taxa de financiamento de 5% ao ano. O valor do principal do contrato será amortizado mensalmente em 61 prestações, subsequente

14. Empréstimos e financiamento--Continuação

ao período de carência de 24 meses. O pagamento de juros é mensal inclusive no período de carência.

Adicionalmente, a companhia fica obrigada a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos e condições gerais reguladoras das operações relativas ao FINEP. Todas as obrigações relacionadas a estes contratos estão sendo cumpridas.

Durante os três primeiros trimestres de 2016, a Companhia celebrou contratos de financiamento na modalidade de NCE “Nota de crédito à exportação” e Capital de Giro, que tiveram como objetivo financiar o capital de giro da Companhia.

Os financiamentos vencem como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2016	15.505	17.510
2017	38.219	61.140
2018	35.755	35.755
2019	35.755	35.755
	125.234	150.160

15. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos – (Nota 17.f)	2.996	3.505	3.808	3.505
Provisão para garantias	12.343	10.377	22.029	22.636
Programa de participação nos resultados	36.468	56.028	43.970	70.495
Adiantamentos de clientes	40	2.007	15.290	28.534
Contas a pagar – Antitruste (i)	24.845	30.335	26.318	31.815
Outras provisões	121.801	152.911	189.789	237.666
Outras contas a pagar	77.336	86.099	108.741	121.857
	275.829	341.262	409.945	516.508
Circulante	254.353	314.443	382.310	479.220
Não circulante	21.476	26.819	27.635	37.288

(i) Vide comentário na Nota 16.1.a.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação, como segue:

Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas:	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Cíveis	33.729	32.442	42.497	40.885
Trabalhistas	26.866	21.255	34.066	26.613
Tributárias	49.656	65.895	82.304	102.172
Total passivo não circulante	110.251	119.592	158.867	169.670

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Cíveis	21.853	19.674	23.449	21.371
Trabalhistas	13.043	9.627	16.227	12.216
Tributários	94.194	151.728	114.202	172.173
	129.090	181.029	153.878	205.760

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é como segue:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	29.726	12.398	37.958	80.082
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.184)	24.466	27.565	49.847
(-) Pagamentos	-	(17.555)	(2.355)	(19.910)
(+) Atualização monetária	4.900	1.946	2.727	9.573
Saldos em 31 de dezembro de 2015	32.442	21.255	65.895	119.592
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.691)	19.326	(11.438)	5.197
(-) Pagamentos	-	(15.572)	(100)	(15.672)
(+) Atualização monetária	3.978	1.857	(4.701)	1.134
Saldos em 30 de setembro de 2016	33.729	26.866	49.656	110.251

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	38.145	14.979	43.750	96.874
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.364)	26.058	58.253	81.947
(-) Pagamentos	-	(18.444)	(2.652)	(21.096)
(+) Atualização monetária	6.099	3.025	2.821	11.945
(+/-) Transferência	(995)	995	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.885	26.613	102.172	169.670
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(2.721)	21.255	(15.145)	3.389
(-) Pagamentos	(742)	(16.092)	(100)	(16.934)
(+) Atualização monetária	5.075	2.290	(4.623)	2.742
Saldos em 30 de setembro de 2016	42.497	34.066	82.304	158.867

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.1 Processos tributários, administrativos e cíveis

- a) Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações cíveis nos Estados Unidos. A Companhia solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas.

A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição. Em 30 de setembro de 2016, há provisão de R\$ 26.318.

O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

- b) A Companhia recalculou o valor da contribuição social com base na Emenda Constitucional nº 33 de 11 de dezembro de 2001, a qual determina que “as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”. O efeito acumulado decorrente da não tributação das receitas de exportação pela Contribuição Social totalizou R\$39.050, em valores originais. Parte deste valor, no montante de R\$29.676, foi objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis.

Em 12 de agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento do processo RE 564.413 (*leading case*) a respeito da aplicação de imunidade sobre receitas de exportação, prevalecendo, nesse caso, o entendimento de que a imunidade somente seria aplicada aos tributos incidentes diretamente sobre receitas de exportação.

A partir da análise do acórdão publicado em 06 de dezembro de 2010, os consultores jurídicos da Companhia avaliam que a probabilidade de perda é superior a 50%, em razão da baixa probabilidade de modificação da decisão proferida no RE 564.413. Com base nesse cenário, em 31 de dezembro de

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.1 Processos tributários, administrativos e cíveis--Continuação

2010, a Administração constituiu provisão, que acrescida de juros até 30 de setembro de 2013, totalizava R\$79.697.

Com a publicação da Lei 12.865/13 que reabriu o Programa de Anistia instituído pela Lei 11.941/09, a Companhia liquidou, com redução de multa e juros, o débito referenciado no parágrafo anterior. Veja detalhes no item 16.2 d.

16.2 Programa de anistia

a) MP 470/09

Em outubro de 2009 foi publicada a Medida Provisória ("MP") nº 470/09 (redação atualmente prevista na Lei nº 12.249, publicada em 14/06/2010), instituindo o programa de anistia de débitos decorrentes do aproveitamento de créditos de IPI oriundos da aquisição de insumos tributados à alíquota zero. Usufruindo dos benefícios da MP, a Companhia, em 30 de novembro de 2009, apresentou requerimento à Receita Federal para pagamento de seus débitos a esse título, os quais, calculados considerando os benefícios da MP, totalizaram R\$52.433. Um ganho no valor de R\$76.886, relativo à multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas operacionais.

Esses débitos se referem às compensações efetuadas em 2004 com base em decisões favoráveis dos Tribunais Superiores sobre a questão, e que foram objeto de autuação fiscal pela Receita Federal.

Em julho de 2012, a Receita Federal homologou parcialmente o pagamento efetuado pela Companhia com as reduções do Programa de Anistia instituído pela MP nº 470/09, em razão do questionamento dos prejuízos fiscais utilizados para quitação dos débitos. Em janeiro e abril de 2013, a Companhia recebeu execuções fiscais, refletindo o valor do débito original, acrescido de juros e multas, que atualizado até 30 de setembro de 2016 reflete o valor de R\$228.958.

A Companhia está vigorosamente defendendo sua posição. Com base em análise dos fatos, incluindo a opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 30 de setembro de 2016.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

b) Lei 11.941/09

Ainda, por conta das condições favoráveis para quitação de débitos introduzidas pela Lei nº 11.941/09, a Companhia também apresentou, em 30 de novembro de 2009, requerimento à Receita Federal para pagamento de débitos tributários relativos a discussões de aumento da alíquota da COFINS, conforme disposto pela Lei 9.718 de novembro de 1998, e cobranças de débitos de Imposto de Renda, IPI e outros. Os débitos tributários líquidos dos benefícios auferidos com a anistia, totalizaram R\$44.209 (R\$45.282 no consolidado). Um ganho no valor de R\$36.772 (R\$37.054 no consolidado), relativo a multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

Em abril de 2011, a Companhia apresentou as informações necessárias à consolidação dos débitos liquidados no âmbito do programa de anistia, previsto na Lei 11.941/09. Visando a referida consolidação, a Companhia, em 11 de abril de 2011, liquidou o débito referente a IPI e Outros, no montante de R\$ 9.940, englobando principal acrescido de juros e encargos.

c) Resumo dos impactos contábeis

	Controladora					Mlog	Consolidado
	IPI Alíquota Zero	COFINS	IPI	Outros	Total	PIS / COFINS	Total
(=) Valor da provisão classificado em Impostos a recolher	82.489	43.137	-	-	125.626	-	125.626
(+) Ajuste da provisão	46.830	16.281	16.740	4.823	84.674	1.355	86.029
(-) Valor anistiado	(76.886)	(27.508)	(7.277)	(1.987)	(113.658)	(282)	(113.940)
(=) Valor da dívida	52.433	31.910	9.463	2.836	96.642	1.073	97.715
(-) Valor liquidado com prejuízo fiscal	(52.433)	(9.260)	(2.648)	(910)	(65.251)	(109)	(65.360)
(-) Pagamentos efetuados	-	-	(7.750)	(2.190)	(9.940)	(964)	(10.904)
(+) Ajuste da Provisão	-	-	935	264	1.199	-	1.199
(=) Valor do passivo total em 31/12/2015 classificado em Impostos a recolher	-	22.650	-	-	22.650	-	22.650
(=) Valor do passivo total em 30/09/2016 classificado em Impostos a recolher	-	22.650	-	-	22.650	-	22.650
MP 470/09 R\$52.433		Lei 11.941/09 R\$45.282				Total R\$97.715	

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

d) Lei 12.865/13

Em 9 de outubro de 2013, foi publicada a Lei 12.865 que aprovou um programa especial de anistia, que permitiu o pagamento ou parcelamento de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vencidos até 30 de novembro de 2008, bem como os débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao IRPJ e CSLL, decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, vencidos até 31 de dezembro de 2012, com redução de multas e juros.

Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao programa e liquidou 16 discussões fiscais, com opção de pagamento em 30 parcelas a serem atualizadas pela taxa de juros Selic. Os impactos contábeis se deram como segue:

	Controladora					Controlada Whirlpool AM	Consolidado
	Débitos RFB – Previdenciário	Débitos RFB - Demais Débitos	Débitos PGFN – Previdenciário	Débitos PGFN - Demais Débitos	Total	Débitos PGFN - Demais Débitos	Total
(=) Valor da constituição de dívida	12.689	87.326	1.366	85.245	186.626	6.137	192.763
(-) Valor anistiado	(3.831)	(28.252)	(574)	(38.356)	(71.013)	(2.352)	(73.365)
(=) Valor da dívida	8.858	59.074	792	46.889	115.613	3.785	119.398
(-) Valor liquidado com depósito judicial	(329)	-	-	-	(329)	-	(329)
(-) Pagamentos efetuados	(7.875)	(54.546)	(731)	(43.296)	(106.448)	(3.495)	(109.943)
(+) Juros	1.091	7.560	101	6.002	14.754	485	15.239
(=) Valor do passivo total em 31/12/2015	1.745	12.088	162	9.595	23.590	775	24.365
(-) Pagamentos efetuados	(1.792)	(12.411)	(166)	(9.852)	(24.221)	(795)	(25.016)
(+) Juros	47	323	4	257	631	20	651
(=) Valor do passivo total em 30/09/2016	-	-	-	-	-	-	-

O saldo remanescente do programa de anistia em 31 de dezembro de 2015 foi totalmente liquidado em 31 de maio de 2016.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.2 Programa de anistia--Continuação

e) Lei 12.996/14

Em 20 de junho de 2014, foi publicada a Lei 12.996 que reabriu o programa especial de anistia do Governo Federal, e permitiu o pagamento ou parcelamento de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vencidos até 31 de dezembro de 2013, com redução de multas e juros.

Em agosto de 2014, a Companhia aderiu ao referido programa e liquidou 9 discussões fiscais através do pagamento à vista no montante de R\$8.398

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota

Adicionalmente, os seguintes assuntos relevantes vêm sendo discutidos pela Companhia na esfera judicial:

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação

Em dezembro de 1996, a Companhia obteve decisão final favorável no processo judicial relativo ao direito ao crédito-prêmio vinculado às exportações, no âmbito do programa BEFLEX, relativas a todo o período em que o programa esteve em vigor, ou seja, de 14 de julho de 1988 até 13 de julho de 1998.

A União Federal ajuizou Ação Rescisória em dezembro de 1998, visando desconstituir a decisão que concedeu o direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do programa BEFLEX. Em agosto de 2003, a Ação Rescisória foi julgada totalmente improcedente pelo Tribunal Regional Federal de Brasília.

A referida decisão, após julgamentos dos recursos impetrados pela União, transitou em julgado em dezembro de 2005, restando definitivo o reconhecimento do direito ao crédito-prêmio de IPI no âmbito do Programa BEFLEX pela Companhia.

Em novembro de 2008 foi proferida decisão aprovando a totalidade do valor do crédito apurado em liquidação, com base em laudo pericial e confirmado através das informações enviadas pelo Banco Central, Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

a) Crédito-Prêmio de IPI – Exportação--Continuação

Em março de 2009, a União apresentou recurso contra a decisão que aprovou o valor do crédito. Em maio de 2009, a Companhia contestou o recurso da União, pleiteando ao Tribunal a total improcedência das alegações da União.

Em dezembro de 2011, o Tribunal, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso da União.

Após esta decisão, a União apresentou mais 3 recursos (embargos de declaração, Recurso Especial e Recurso Extraordinário). Os embargos de declaração foram rejeitados em abril de 2012, e os Recursos interpostos para os Tribunais Superiores foram inadmitidos em outubro de 2012. Contra esta decisão a União Federal apresentou agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento pelo STJ em outubro de 2015.

Ainda está pendente de julgamento recurso da União perante o STF. Com base nas decisões obtidas no processo judicial e pareceres dos consultores jurídicos, a Companhia utilizou os créditos prêmio de IPI, na forma de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Em dezembro de 2013 foi publicada a Resolução CJF nº 467 que reestabeleceu a aplicação do índice de correção monetária IPCA-E em substituição à TR em razão do julgamento da ADIN 4357 - cuja decisão acerca da retroatividade de seus efeitos encontra-se pendente de publicação. O saldo remanescente do crédito prêmio de IPI sofrerá um aumento caso a decisão do STF confirme a aplicação retroativa do índice IPCA-E a julho de 2009.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

b) Tributação da exportação incentivada - BEFIEX

Com base em decisão favorável proferida pela 8ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes, mediante Acórdão nº 108-07.564 que afastou a tributação do lucro das exportações em programa BEFIEX, e com base no Decreto nº 1219/72, a Companhia recalculou no exercício de 2004 o imposto de renda do período de 1994 a 1998 e a contribuição social do período de 1993 a 1998 recolhidos a maior. Os registros contábeis foram realizados naquele ano como segue (valores originais):

Imposto de renda

- 1.1 Constituição de crédito de IRPJ sobre o Lucro na Exportação-BEFIEX recolhido a maior de R\$19.200, em impostos a recuperar no Ativo Circulante; e
- 1.2 Registro ao resultado do exercício de R\$11.472 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$7.728 no grupo de Provisão de Imposto de Renda;

Contribuição social

- 2.1 Constituição de crédito de CSLL sobre o Lucro na Exportação-BEFIEX recolhido a maior de R\$15.241, em impostos a recuperar no Ativo Circulante, e;
- 2.2 Registro no resultado do exercício de R\$8.716 no grupo contábil de receitas financeiras e R\$6.525 no grupo de Provisão de contribuição social.

Com relação à contribuição social, os referidos créditos de R\$15.241 foram objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis no ano de 2004.

A Companhia recebeu autos de infração relativos à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX compensados durante o período de 2000 a 2002 e de 2007 a 2011. A Companhia entende que os créditos BEFIEX não estão sujeitos à incidência de imposto de renda e

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

b) Tributação da exportação incentivada - BEFIEX--Continuação

contribuição social e vem vigorosamente defendendo esta posição em âmbito administrativo. Em julho de 2013 a Companhia foi intimada da decisão proferida em 1ª instância administrativa que manteve os créditos tributários cobrados no auto de infração relativo aos anos de 2007 a 2011. Contra esta decisão a Companhia interpôs recurso voluntário, o qual foi julgado de forma favorável à Companhia em novembro de 2014. A Fazenda Nacional interpôs embargos de declaração, aos quais tiveram seu provimento negado, e posteriormente Recurso Especial, que se encontra pendente de julgamento.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, com base nas opiniões dos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para os referidos autos de infração. Em 30 de setembro de 2016, a quantidade total de autuações fiscais pendentes relativas ao imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX, incluindo juros e multas, reflete o montante de R\$1.648.788 (R\$1.543.960 em 31 de dezembro de 2015), sendo que o total do auto de infração, que inclui outras rubricas, reflete o montante de R\$1.729.390 (R\$1.620.536 em 31 de dezembro de 2015). É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar sua definitiva conclusão, durante o qual os valores relativos a essas autuações continuarão a ser corrigidos monetariamente pela taxa Selic.

Desta forma, eventual desfecho desfavorável, poderia provocar impactos relevantes na situação financeira, liquidez ou resultados das operações, o que no entanto não é esperado pela Companhia.

Em 30 de setembro de 2016, o saldo remanescente a ser realizado é de aproximadamente R\$139.375, relativos aos honorários de sucumbência.

c) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior

Em 2001 foi publicada Medida Provisória nº 2158 ("MP") que estabelece que os lucros gerados pelas sociedades com sede no exterior, controladas e coligadas de empresas brasileiras, devem ser tributados pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, independentemente de sua efetiva distribuição para as empresas controladoras brasileiras.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

c) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior--Continuação

A Companhia, e outras empresas brasileiras, vem se defendendo contra autos de infração relativos a essa tributação, com base na inconstitucionalidade dessa MP, dentre outros argumentos. Em abril de 2013, o Supremo Tribunal Federal julgou um dos casos da Companhia, ocasião em que decidiu pela constitucionalidade da referida MP e remeteu o processo para a instância inferior, para apreciação dos demais argumentos de defesa apresentados, tais como a existência de acordos para evitar bitributação firmados com países sede das empresas controladas e coligadas. Em setembro de 2015 o Tribunal Regional Federal, por unanimidade de votos, julgou este caso de forma favorável à Companhia, reconhecendo a prevalência dos tratados internacionais sobre a legislação interna para evitar dupla tributação. Em 30 de setembro de 2016, a exposição potencial da Companhia a título de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre lucros de controladas e coligadas sediadas no exterior, incluindo juros e multa, deduzido o potencial crédito decorrente do imposto já pago no exterior, é de R\$134.788 (R\$152.038 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia acredita que essas autuações não se sustentam e vem defendendo suas posições vigorosamente. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos e tributários, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 30 de setembro de 2016.

d) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e as suas controladas possuem diversas demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento, cujas probabilidades de perda, com base na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, perfazendo o montante de R\$971.950 em 30 de setembro de 2016 (R\$809.233 em 31 de dezembro de 2015).

Além disso, a Companhia está discutindo outros autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais relacionadas a imposto de renda e outros tributos. Estas questões estão em vários estágios de revisão em inúmeros processos administrativos e judiciais. A Companhia rotineiramente analisa estas questões e avalia sua estimativa de perda com base na opinião dos

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.3 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

d) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento--Continuação

consultores jurídicos. A Companhia acredita que essas autuações são infundadas e vem defendendo suas posições vigorosamente. É inerente ao desenvolvimento desses processos a imprevisibilidade, não sendo possível estimar quando ocorrerá a conclusão definitiva.

e) Fianças Bancárias

Como prática comum no mercado brasileiro, a Companhia contratou junto a instituições financeiras, emissão de fianças bancárias e cartas de crédito. Estes contratos são principalmente associados a garantias oferecidas em discussões administrativas e judiciais referente a processos fiscais e obrigações habituais da Companhia em conformidade com a legislação local. Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia tem em aberto aproximadamente R\$804.104 e R\$688.000, respectivamente, relacionados a esses contratos.

16.4 Compromissos de garantia em operações de vendor

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de “vendor” junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o total do saldo em aberto nesta operação era, respectivamente, de R\$791.239 e R\$1.024.331.

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a cobertura máxima combinada de “*stop-loss*” fornecidos por essas políticas foram de R\$478.000, respectivamente. Como prática comum de mercado na República Popular da China, a Companhia, através de sua subsidiária Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd negocia operações de desconto de “*Bank Acceptance Drafts*” (*BAD*) junto a instituições financeiras. De acordo com a legislação local, em situações específicas, essas operações possuem direito de recurso aos seus cessionários. Neste caso a subsidiária deve cumprir com a obrigação perante a instituição financeira e os *BADs* são devolvidos à Companhia. Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não haviam valores em aberto nesta operação.

16. Compromissos e demandas judiciais e administrativas--Continuação

16.5 Compromissos de compra de longo prazo

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto a seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$197.688 em 2016, R\$200.426 em 2017, R\$202.159 em 2018, R\$182.174 em 2019, R\$175.420 em 2020 e R\$42.250 até o término do compromisso.

16.6 Linha de crédito garantida

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.000.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque e sem garantias para a linha. Em 30 de setembro de 2016 a Companhia não tinha empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 1.502.786.006 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 ações ordinárias e 474.085.114 ações preferenciais.

b) Reservas de capital

- i. *Reserva de pagamentos baseados em ações* – impactada pela despesa de R\$20.949 e R\$23.223, em 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2015, respectivamente.
- ii. *Incentivos fiscais* – representa os valores de aplicações em incentivos fiscais referente a exercícios anteriores. Não houve movimentação em 2016.

17. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reservas de lucros

- i. *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii. *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

- i. O montante referente ao Hedge compreende a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício (Nota 23).
- ii. Ganhos e perdas atuariais - abrangem a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada (Nota 18) e assistência médica (Nota 19) da Companhia.

e) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

f) Juros sobre capital próprio e dividendos

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido. São destinados às ações preferenciais dividendos ou juros sobre o capital próprio em valor 10% superior àqueles destinados às ações ordinárias.

Os juros sobre capital próprio são computados tendo por base o patrimônio líquido, limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, podendo ser pagos ou creditados aos acionistas em montante limitado a 50% do lucro do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores.

Atendendo à legislação fiscal, os referidos juros são contabilizados como despesas financeiras. Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e instruções da Comissão de Valores Mobiliários, estes juros são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

18. Plano de previdência privada

A Companhia mantém plano de complementação de benefícios de aposentadoria (a seguir denominado “Plano”), administrado junto à entidade aberta de previdência privada. O Plano pode ser segregado em dois grupos distintos de participantes que recebem benefícios diferenciados, a saber:

a) Plano não fundadores

A modalidade do Plano Não Fundadores é de contribuição definida “CD” sendo o custo compartilhado entre os participantes e a Companhia. A parcela de contribuição da Companhia varia em função da faixa etária do empregado. Em 30 de setembro de 2016, a contribuição da Companhia no plano “CD” reconhecida no resultado foi de R\$6.981 (R\$7.277 em 30 de setembro de 2015).

b) Plano fundadores

Em 30 de setembro de 2016, participam 10 empregados e dirigentes (11 em dezembro de 2015) inscritos no Plano antes de 1º de agosto de 1994. Neste Plano, em que a modalidade é a de “benefício definido – BD”, os seguintes benefícios são oferecidos:

- Aposentadoria por tempo de serviço para os participantes contribuintes que se tornam elegíveis de acordo com os critérios do plano de benefícios – o benefício é equivalente a 85% do salário nominal indicado na proposta de inscrição menos o valor da pensão da aposentadoria pago pelo INSS;
- Aposentadoria por invalidez total e permanente – definido como 70% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos cônjuges – definido como 50% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos filhos – definido como 30% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago até o filho mais jovem completar 21 anos de vida; e
- Benefício mínimo – renda mensal vitalícia de 10% do salário.

A Companhia contribui com 85% do custo total, acrescido da parcela do participante que exceder 8% do salário.

O Plano Fundadores é do tipo benefício definido “BD”. Até 30 de setembro de 2016, não ocorreram alterações significativas nas premissas do Plano. Os estudos da administração indicam que o ativo líquido de benefício definido em seu balanço patrimonial no valor de R\$2.918 (R\$3.487 em 31 de dezembro de 2015).

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo CPC 33 (R1) (IAS 19), em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos.

19. Plano de assistência médica

A Companhia oferece o plano de assistência médica que garante a manutenção de cobertura vitalícia exclusivamente ao grupo de empregados aposentados até 31 de dezembro de 2002 e seus beneficiários. Os passivos estimados atuarialmente relacionados a esse plano encontram-se integralmente provisionados em 30 de setembro de 2016 no valor de R\$71.878 (R\$69.070 em 31 de dezembro de 2015).

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo CPC 33 (R1) (IAS 19), em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos.

As demais informações referentes à essa nota explicativa não sofrem alterações em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

20. Remuneração baseada em ações

O programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia garante o alinhamento dos executivos com a estratégia e os indicadores de desempenho de longo prazo. As concessões são feitas através da Whirlpool Corporation – Estados Unidos, controladora da Whirlpool S.A., onde o programa é registrado na SEC *Security Exchange Commission*. A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de 3 anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais.

Opções de ações

Empregados elegíveis podem receber opções de ações como parte de sua remuneração. Essas opções são exercíveis ao longo de um período de 3 anos, prescrevendo após 10 anos da data da concessão. As referidas opções podem ser canceladas devido ao término do contrato de trabalho, exceto nos casos de morte, invalidez ou aposentadoria.

A controladora aplica o método *Black-Scholes* para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão. As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são: (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (*United States Zero Coupon Securities*) com vencimento similar ao prazo da opção; (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos.

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Opções de ações--Continuação

Com base no modelo de precificação utilizado, a média ponderada do valor justo das opções outorgadas em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi de US\$31,06 e US\$63,44 respectivamente. As principais premissas utilizadas são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	2016	2015
Taxa de juros livre de risco	1,2%	1,5%
Expectativa de volatilidade	33,5%	35,5%
Expectativa de dividendos	2,8%	1,4%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	5 anos

Movimentação das opções de ações

O quadro abaixo apresenta a movimentação das opções de ações durante o período de três meses findo em 30 de Setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2015	111	96,84
Outorgadas	17	212,21
Exercidas	(32)	83,92
Perda do direito ou prescritas	(4)	137,88
Opções em aberto em 31/12/2015	92	121,53
Opções exercíveis em 31/12/2015	50	89,46

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 31/12/2015	92	121,53
Outorgadas	30	132,19
Exercidas	(26)	92,96
Perda do direito ou prescritas	(10)	127,00
Opções em aberto em 30/09/2016	86	131,83
Opções exercíveis em 30/09/2016	42	112,04

O valor intrínseco das opções de ações em 30 de setembro de 2016 e 2015 foi de US\$2 milhões e US\$3,5 milhões, respectivamente. Não houve benefício fiscal decorrente destas transações. O valor recebido das opções de ações exercidas em 30 de Setembro de 2016 e 2015 foram de US\$2,6 milhões e US\$2,4 milhões, respectivamente. A média ponderada remanescente da cláusula contratual das opções de ações em 30 de setembro de 2016 é de 7,3 anos (7,1 anos em 31 de dezembro de 2015).

20. Remuneração baseada em ações--Continuação

Unidades de Ações Restritas - "Restricted Stock Units"

Empregados elegíveis poderão receber unidades de ações restritas ou unidades de ações com base no desempenho, como parte de sua remuneração.

As ações restritas são normalmente outorgadas em bases anuais a um grupo seletivo de empregados em cargos gerenciais, cuja aquisição de direito dá-se ao longo de um período de 3 anos. Adicionalmente, ações restritas podem ser outorgadas a executivos selecionados como reconhecimento extraordinário ou em situações específicas de retenção, cuja aquisição de direito acontece em períodos que variam de 3 a 7 anos. Algumas destas concessões possuem direito a dividendos equivalentes a ações existentes (pagos na forma de ações adicionais) calculados com base nos dividendos efetivamente declarados sobre as ações ordinárias da Whirlpool Corporation. Estes prêmios são convertidos em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

Ações com base no desempenho são aquelas outorgadas aos executivos anualmente. A concessão final pode ser de 0-200% de uma meta baseada em índices de performance financeira pré-estabelecidos pela Whirlpool Corporation referentes ao exercício corrente. O direito adquirido dá-se após 2 anos subsequentes ao período de desempenho. O valor concedido é convertido em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito. O valor justo das ações em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram de US\$3,4 milhões e US\$ 10,9 milhões, respectivamente.

A mensuração do custo das ações é baseada na cotação das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da outorga. A média ponderada do valor justo dos prêmios outorgados em 30 de setembro de 2016 e 2015 foram de US\$125,31 e US\$192,77 dólares, respectivamente.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das ações:

	Número de ações (em milhares)	Média Ponderada do valor justo (US\$)
Ações não revertidas em direito em 01/01/2015	100	92,04
Outorgadas	39	190,45
Perda de direito	(8)	128,43
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(55)	73,44
Ações não revertidas em direito em 31/12/2015	76	135,36
Outorgadas	34	125,22
Perda de direito	(4)	140,06
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(24)	102,28
Ações não revertidas em direito em 30/09/2016	82	142,45

A despesa referente à remuneração baseada em ações foi de R\$20.949 e R\$23.223 em 30 de setembro de 2016 e 2015, respectivamente.

21. Seguros contratados

Em 30 de setembro de 2016, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Despesas de juros	(72.959)	(119.820)	(21.848)	(25.783)
Variações monetárias e cambiais passivas	(308.171)	(381.265)	(321.659)	(454.500)
Perdas em operações de <i>Hedge</i>	(43.527)	(194.711)	(47.857)	(196.543)
Despesas de AVP	(135.113)	(92.890)	(194.457)	(163.143)
Outras despesas financeiras	(63.337)	(77.884)	(79.548)	(129.089)
Total de despesas financeiras	(623.107)	(866.570)	(665.369)	(969.058)
Receita de juros	43.791	133.468	61.797	164.189
Variações monetárias e cambiais ativas	281.086	559.410	300.359	586.677
Ganhos em operações de <i>Hedge</i>	60.958	75.552	63.146	76.236
Receitas de AVP	122.866	162.539	174.176	236.963
Outras receitas financeiras	2	390	3	393
Total de receitas financeiras	508.703	931.359	599.481	1.064.458
	(114.404)	64.789	(65.888)	95.400

23. Instrumentos financeiros

I. Objetivo

A Companhia está exposta a risco de mercado, crédito e liquidez que podem apresentar impacto em seu resultado. A sua administração tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar estes riscos, de acordo com as políticas e procedimentos globais determinados por sua Controladora.

II. Risco de mercado

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de commodities que podem afetar os resultados operacional e financeiro. Para gerenciar estes riscos, são utilizados instrumentos financeiros derivativos para reduzir a volatilidade em seu resultado.

As operações com derivativos são definidas através de política global determinada por sua Controladora. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Consequentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

Ainda de acordo com a política, todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de balanço (contas a receber e a pagar). A política define também um percentual de endividamento em taxa flutuante e fixa.

Os contratos de derivativos podem ser designados como hedge de fluxo de caixa ("*Cash Flow Hedge*") ou *hedge* de valor justo ("*Fair Value Hedge*").

Trimestralmente, são realizados testes de eficácia prospectivos e retrospectivos de suas operações.

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*

A Companhia possui área específica e dedicada para, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada, de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos.

a) Exposição a riscos cambiais

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a companhia utiliza: Contrato Futuro de Moeda *NDF* ("*Non Deliverable Forward*" Asiáticos e "*Plain Vanilla*").

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.

NDF's "*Plain Vanilla*", modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais—Continuação

Tipos de *Hedge* utilizados pela Companhia conforme Política Global

Hedge de balanço a valor justo

As exposições em moeda estrangeira apresentadas na posição de balanço são cobertas por operações de “*hedge*” nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como *hedge* a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente.

Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de “*hedge*” são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira. Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado financeiro conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Moeda Estrangeira	17.431	(119.159)	15.289	(120.307)

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de “*hedge*” é compensado pelo ganho ou perda cambial - das exposições cobertas.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. A exposição futura desta exposição é coberta mensalmente de acordo com a política, que vincula a cobertura de “*hedge*” ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75% de cobertura, entre 12 a 24 meses: de 0% a 75% de cobertura.

É importante ressaltar que a companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 75% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição “*overhedged*” e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de “*hedge*”

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

Os *ajustes* referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Moeda Estrangeira	(12.125)	26.299	(12.125)	26.299

b) Exposição a riscos de “commodities”

A Companhia está exposta à variação de preços de “*commodities*”, principalmente cobre e alumínio, da qual se protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

A liquidação de Termo de Mercadorias “Asiático” se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela *London Metal Exchange* (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de *commodities* em dólares. *Portanto*, na análise de exposição de moedas os valores de *commodities* são considerados.

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a política adotada *estabelece*: cobertura de “*hedge*” para os próximos três anos, sendo necessária a aprovação da Diretoria, da seguinte forma:

	Próximos 9 meses	Entre 10 a 12 meses	Entre 13 a 15 meses	Entre 16 a 18 meses	Entre 19 a 21 meses	Entre 22 e 36 meses
Limite de cobertura	50% a 80%	40% a 70%	30% a 60%	20% a 50%	10% a 40%	0% a 30%

A Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado evitando qualquer posição *overhedged* e especulativa. Os ajustes positivos/(negativos) dos contratos de commodities é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

b) Exposição a riscos de "commodities"

do ajuste positivo/(negativo) de *hedge* afeta a demonstração de resultado no mesmo momento do item protegido.

O objetivo da contratação desses instrumentos é garantir os compromissos com acionistas evitando variações significativas. Os ajustes referentes aos contratos de commodities foram registrados no custo do produto vendido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Commodities	(31.832)	(20.690)	(31.832)	(24.189)

c) Exposição a taxas de juros

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento do FINEP, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos financeiros de derivativos designados para *hedge* de taxa de juros.

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de *hedge* da Companhia são contabilizados em contas de ativos e passivos. Em 30 de setembro de 2016, o impacto do *hedge* no balanço esta demonstrado na tabela abaixo:

Controladora			
	Classificação do <i>hedge</i>*	Valores nominais	
		2016	2015
Commodities	CF	177.525	343.163
Moeda estrangeira	CF / FV	214.903	413.218
Total		392.428	756.381

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Controladora					
		Valor justo			
	Classificação do hedge*	Hedges ativos		Hedges passivos	
		2016	2015	2016	2015
Commodities	CF	4.354	119	(14.477)	(56.929)
Moeda estrangeira	CF / FV	1.927	11.033	(13.769)	(2.233)
Total		6.281	11.152	(28.246)	(59.162)
Circulante		2.779	11.033	(27.004)	(47.382)
Não circulante		3.502	119	(1.242)	(11.780)

Consolidado			
		Valores nominais	
	Classificação do hedge*	2016	2015
Commodities	CF	177.525	343.163
Moeda estrangeira	CF / FV	244.119	465.359
Total		421.644	808.522

Consolidado					
		Valor justo			
	Classificação do hedge*	Hedges ativo		Hedges passivo	
		2016	2015	2016	2015
Commodities	CF	4.354	119	(14.477)	(56.929)
Moeda estrangeira	CF / FV	1.928	11.071	(14.051)	(2.233)
Total		6.282	11.190	(28.528)	(59.162)
Circulante		2.779	11.071	(27.286)	(47.382)
Não circulante		3.503	119	(1.242)	(11.780)

* CF: "Cash Flow Hedge" – Hedge de fluxo de caixa ou FV: "Fair Value Hedge" – Hedge de valor justo

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado (MTM, *mark-to-market*) destas operações.

A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	30.09.2015
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa				
Moeda estrangeira	(11.184)	8.588	(12.125)	26.299
Commodities	(7.634)	(56.810)	(31.832)	(20.690)
Saldo final	(18.818)	(48.222)	(43.957)	5.609
Saldo final líquido de impostos	(12.420)	(31.827)		

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	30.09.2015
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa				
Moeda estrangeira	(11.184)	8.588	(12.125)	26.299
Commodities	(10.124)	(56.810)	(31.832)	(24.189)
Saldo final	(21.308)	(48.222)	(43.957)	2.110
Saldo final líquido de impostos	(14.063)	(31.827)		

As movimentações das operações de “*hedge accounting*” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial Líquida dos impostos diferidos entre 2016 e 2015, nos montantes de R\$12.420 e R\$31.827, respectivamente, resultam na variação de R\$19.407, conforme divulgado nas Demonstrações de Mutação do Patrimônio Líquido.

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço

Ativos e passivos apresentados na posição de balanço foram cobertos por operações de “*hedge*”, dos quais o valor justo referente a estas operações foi reconhecido no resultado como receita ou despesa financeira, conforme abaixo:

23. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço--Continuação

Controladora Valor justo de <i>hedges</i>	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
	30.09.2016	30.09.2015
Exposição líquida de balanço	156.538	425.257
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	17.431	(119.159)

Consolidado Valor justo de <i>hedges</i>	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
	30.09.2016	30.09.2015
Exposição líquida de balanço	173.027	438.836
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	15.289	(120.307)

* As operações de commodities são mantidas em dólar. Para conversão utilizamos Ptax VBC de 30/06/2016 (3,2098).

A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

f) Exposição no período

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado no resultado das operações de *hedge* quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item VI. Análise de Sensibilidade. Para as operações de “*hedge*” cambial das controladas no exterior, que compõem o consolidado, foram convertidas para reais pela Ptax divulgada pelo Banco Central nas datas finais de cada período:

Controladora					Consolidado				
4T16	1T17	2T17	3T17	Total	4T16	1T17	2T17	3T17	Total
(11.058)	(9.170)	(1.769)	(1.371)	(23.368)	(11.347)	(9.170)	(1.769)	(1.363)	(23.649)
4T17	1T18	2T18	3T18	Total	4T17	1T18	2T18	3T18	Total
(1.415)	(325)	1.028	1.043	331	(1.415)	(325)	1.028	1.043	331
3T18	4T18	1T19	2T19	Total	4T18	1T19	2T19	3T19	Total
699	224	149	-	1.072	699	224	149	-	1.072

23. Instrumentos financeiros--Continuação

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não havia depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de hedges.

III. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito no seu contas a receber, contas a pagar, financiamentos e caixa. Para mitigar seu risco, a Companhia possui política que estabelece diretriz, metodologia e processo para definir limites de créditos de clientes e fornecedores.

A Companhia classifica suas contrapartes conforme avaliação de “rating” determinado internamente através de metodologia própria, revisada e avaliada por auditoria externa independente, levando em consideração os resultados financeiros e de caixa gerados pela contraparte no último exercício. Para contrapartes bancárias, a Companhia utiliza classificação da agência de “rating” Moody’s, conforme tabela:

Contraparte	“Rating” Global Moody’s
Banco do Brasil	Baa3
Bradesco	Baa3
Citibank	Baa3
HSBC	Baa3
Itaú BBA	Baa3
JP Morgan	A3
Santander	Baa3
Deutsche Bank	A3
Société Générale	A2

IV. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando a geração operacional da Companhia e mantém linhas de crédito pré-aprovadas com bancos para mitigar o risco de liquidez.

A Companhia considera que os recursos disponíveis, a geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

V. Gestão do capital social

O objetivo da administração na gestão de capital é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Controladora		
	Alavancagem	
	30.09.2016	31.12.2015
Empréstimos e financiamentos	125.234	196.394
Derivativos	21.965	48.010
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(301.001)	(47.681)
Dívida líquida	(153.802)	196.723
Patrimônio líquido	2.382.938	2.339.597
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.229.136	2.536.320

Consolidado		
	Alavancagem	
	30.09.2016	31.12.2015
Empréstimos e financiamentos	150.160	200.742
Derivativos	22.246	47.972
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(580.334)	(490.114)
Dívida líquida	(407.928)	(241.400)
Patrimônio líquido	2.519.381	2.509.249
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.111.453	2.267.849

VI. Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação nº 604/09 da CVM, a Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “commodities”

O cenário provável foi calculado baseado no “valor de mercado” que utiliza a curva futura publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Análise de sensibilidade--Continuação

A taxa adotada para o cenário provável do Brasil foi a Ptax divulgada pelo Banco Central em 30 de setembro de 2016. Para as controladas no exterior, a taxa adotada foi a de fechamento divulgada pela Bloomberg em 30 de junho de 2016.

Para o cálculo das operações de Termo de Mercadorias Asiático, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução no preço de “commodities” de 25% e 50% respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes positivos ou (negativos) das operações de derivativos:

Controladora	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	(10.123)	(17.034)	(29.227)
Hedge de Moeda	Queda da moeda	(12.894)	(28.262)	(44.654)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	1.052	(35.641)	(72.131)

Consolidado	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	(10.123)	(17.034)	(29.227)
Hedge de moeda	Queda da moeda	(13.172)	(35.008)	(57.896)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	1.049	(36.458)	(73.760)

É importante ressaltar que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção da exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia apresenta alto grau de efetividades em suas operações com derivativos.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Análise de sensibilidade--Continuação

Sensibilidade a taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de taxa de juros de empréstimo e aplicações financeiras, a Companhia considerou TJLP a 7% e CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a 14,14% para o cenário provável com aumento de 25% e 50% nos cenários possível e remoto, respectivamente. O cálculo feito com base no saldo de principal remanescente do empréstimo e das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2016. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela abaixo:

Controladora		Risco		
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	8.690	6.835	4.935
Empréstimos	Alta da taxa de juros	127.989	129.513	131.417

Consolidado		Risco		
		No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	10.508	8.300	6.039
Empréstimos	Alta da taxa de juros	127.989	129.513	131.417

VII. Valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil, porém os ativos e passivos financeiros da Companhia já estão marcados a valor justo, exceto os empréstimos que estão a custo amortizado, cujo valor justo é próximo ao seu valor contábil.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Ativos financeiro				
Contas a receber	524.285	562.604	1.100.351	1.332.397
Derivativos em <i>hedge</i>	6.281	11.152	6.282	11.190
Caixa e equivalentes de caixa	301.001	47.681	580.334	490.114
Total	831.567	621.437	1.686.967	1.833.701
Passivos financeiro				
Fornecedores	1.654.865	1.494.530	2.255.499	2.289.079
Empréstimos	125.234	196.394	150.160	200.742
Derivativos em <i>hedge</i>	28.246	59.162	28.528	59.162
Total	1.808.345	1.750.086	2.434.187	2.548.983

23. Instrumentos financeiros--Continuação

VII. Valor justo--Continuação

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

A Whirlpool usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tem efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

Os ativos e passivos calculados pelo seu valor justo foram classificados em níveis conforme tabela abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	580.334	-	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	6.282	-
Passivos financeiro			
Empréstimos	-	150.160	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	28.528	-

No decorrer do exercício findo em 30 de setembro de 2016, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Para o cálculo, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e outras obrigações de curto prazo não possuem diferenças significativas entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").
- O valor justo de ativos ou passivos financeiros disponíveis para venda é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras, quando houver.

24. Receita líquida de vendas

A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia em 30 de setembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Receita bruta	6.359.328	5.441.478	8.700.309	7.956.905
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	6.359.328	5.441.478	8.700.309	7.956.905
Deduções	(1.473.241)	(1.193.468)	(1.751.020)	(1.401.089)
Devoluções e cancelamentos	(111.863)	(125.326)	(203.099)	(236.143)
Impostos sobre vendas e serviços	(1.361.378)	(1.068.142)	(1.547.921)	(1.164.946)
Receita líquida	4.886.087	4.248.010	6.949.289	6.555.816